Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense **Class.:** Política Indígena

Data: 02/04/93 **Pg.:** 11 445

ADAUTO CRUZ

Terena destaca a importância do elo entre as gerações de índios

Conferência reunirá juventude indígena

O presidente do Comitê Intertribal, Marcos Terena, esteve no último mês em Genebra articulando junto às Nações Unidas a realização de uma conferência para a juventude indígena no Brasil, por ocasião do Ano Intertribal do Índio que tem como lema "Uma Nova Aliança". A conferência seria feita em Brasília, no início da primavera, coincidindo com os resultados da revisão constitucional e com a conclusão do processo de demarcação das terras indígenas, garantida pela Constituição para outubro.

A proposta do Comitê Intertribal está sendo avaliada pelo Grupo de Trabalho (GT) da ONU responsável pela programação do Ano Internacional em todo o mundo. Parte dos recursos para a conferência viria do próprio Fundo Voluntário criado especificamente para este programa. Na avaliação de Marcos Terena, a conferência tem chances de ser o grande marco das comemorações do Ano Internacional no Brasil. Dela participarão todas as tendências do movimento indígena e representantes dos povos indígenas de todo o País, sem distinção.

De acordo com o presidente do Comitê Internacional, os caciques hoje demonstram uma grande preocupação em relação ao futuro da aldeia. Isso porque até bem pouco tempo as nações conseguiam harmonizar os interesses dos jovens índios com as tradições e culturas das aldeias, o que vem se perdendo ao longo dos últimos anos. "A partir dos oito anos de idade ele já não quer mais falar a língua do seu povo, pede para ir à escola e deixar de lado as tradições", disse Terena, lembrando que o que mais preocupa é a perda da identidade cultural destes jovens.

GT define encontro este mês

A conferência, segundo Marcos Terena, levaria à reflexão a importância do elo de ligação entre as gerações passadas e o futuro dos povos indígenas, feito exatamente pelos jovens de hoje. Para as discussões seriam convidados especialistas de Sociologia, Antropologia, Pedagogia e de outras áreas do Brasil e de outras nações. Até o final deste mês, o Comitê Intertribal terá definida a posição do GT da ONU quanto à realização do evento.

Dois grandes momentos vão marcar o Ano Internacional do Índio em nível mundial. O peimeiro será a Conferência sobre Direitos Humanos, em junho, na Áustria, que terá uma agenda especial sobre direito indígena. O outro será a reunião de lideranças do mundo inteiro com o GT das Nações Unidas para a preparação da Declaração Mundial dos Direitos dos Índios, prevista para julho, na Suíça.

As lideranças indígenas brasileiras estão defendendo junto ao Congresso Nacional a manutenção do Capítulo do Índio, na Constituição de 1988, sem alterações. Segundo Marcos Terena, que na semana passada se reuniu com David Ianomami, Megaron, Raoni, Aniceto e outros líderes, o Capítulo do Índio foi resultado de um pacto histórico entre o índio e o homem branco e que cinco anos depois sequer foi regulamentado. "Ele tornou-se uma aliança sagrada para todos nós e entendemos que, neste momento, não tem em que ser melhorado", acentuou.

Julgamento — A CNBB quer um novo julgamento para os acusados de assassinato contra o índio Marçal Tupã, os quais foram inocentados em Ponta Porã, dias atrás e dez anos depois do crime. Foi o que disse ontem o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, que estranhou o resultado do julgamento, seis votos pela absolvição e apenas um pela condenação. "A Igreja gostaria que o processo fosse reexaminado, por entender que havia provas cabais contra os acusados", disse ele, recusando-se a pronunciar o nome destes. Dom Luciano também comentou a onda de violência em Maceió e em outros pontos de Alagoas. Mas ressaltou que, em relação aos crimes cometidos contra os índios, "apenas um, aquele praticado contra Rosalindo de Oliveira, rendeu a punição do assassino — e isso, incluindo todos os casos que chegaram à opinião pública até hoje".